

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 08 de julho de 2009.

Edição nº 230

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Portarias.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal3

Súmulas de contrato e convênios.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....4



PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 74/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente à notícia de irregularidade quanto às permissões de táxi de Agnaldo Bittencourt, Bento Delfino Borges e Roni Ferreira Vieira, no expediente RD.00949.00102/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 75/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente à notícia de irregularidade na conduta de professora da Escola Infantil Lobinho Guará do Município de Xangri-lá, no expediente RD.00949.00114/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 76/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente à notícia de irregularidade quanto à determinação de exercício ilegal de profissão pela Prefeitura de Xangri-lá, no expediente RD.00949.00073/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 77/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente à notícia de irregularidade de fiscalização tributária feita pelo Município de Xangri-lá, no expediente RD.00949.00089/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 78/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a 3ª Promotoria de Justiça de Capão da Canoa indeferiu a instauração de Inquérito Civil referente à notícia de irregularidade na contratação de servidores pelo Município de Xangri-lá, no expediente RD.00949.00108/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS JURÍDICOS**

**PORTARIA Nº 242/2009-PF
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 do Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil, combinados, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA DO RIO GRANDE - FURERG**, com sede na cidade de Rio Grande, de conformidade com o que consta do Processo PR.00031.00197/2009-6.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

ANA MARIA SCHINESTCK,
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos.

**PORTARIA Nº 244/2009-PF
ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA**

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 67 do Código Civil e 1.203 do Código de Processo Civil, combinados, resolve aprovar a alteração estatutária procedida no Estatuto da **FUNDAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DAS CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S.A.**, com sede na cidade de Carazinho/RS, de conformidade com o que consta do Processo PR.00031.00211/2009-5.

Registre-se e publique-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de julho de 2009.

ANA MARIA SCHINESTCK,
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 08 de julho de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 230

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 327/2009

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 06/07/2009, no cargo de Assessor Especial I, CC-07, JOSÉ DARI DOS SANTOS FILHO, tendo entrado em exercício em 06/07/2009.

- habilitada para tomar posse, a contar de 08/06/2009, no cargo de Agente Administrativo, classe "M", THAIS OLEQUES LUKRAFKA, tendo entrado em exercício em 07/07/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 08 de julho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CO.19558

CONTRATADA: EDITORA FÓRUM LTDA.; **OBJETO:** renovação da assinatura da Revista Interesse Público – IP e da Revista de Direito Administrativo e Constitucional – A&C, pelo período de julho de 2009 a junho de 2010; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.510,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 06/07/2009, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 3352-09.00/09-6 CONVITE Nº 05/09

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, por seu Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, TORNA PÚBLICO, para os devidos fins, que decidiu revogar o Convite nº 05/09 no que se refere ao item 01 (contratação de serviços de engenharia, para a manutenção predial da Promotoria de Justiça de Cruz Alta).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de julho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 09/2007 PROCESSO Nº 21153-0900/03-1

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Caixa Econômica Federal. **OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Convênio nº 09/2007, de viabilização de um canal próprio de consignação à Caixa, para possibilitar a contratação de empréstimos e/ou financiamentos pessoais aos membros e servidores, ativos e inativos, do Ministério Público e o respectivo repasse à Caixa dos valores consignados em folha de pagamento, por mais 02 (dois) anos a contar de 26-06-2009. **PRAZO:** 02 (dois) anos, a contar de 26-06-2009. **DATA DA ASSINATURA:** 25-06-2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de julho de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL PROCESSO PR.00019.00163/2009-4

PARTES: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social, Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Movimento pelo Fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Associação de Conselheiros Tutelares do Rio Grande do Sul, Serviço de Proteção à Criança da ULBRA, Coletivo Feminino Plural, Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – RS, Pastoral do Menor – CNBB/Regional Sul, Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Revendedores de Combustíveis do Rio Grande do Sul, Frente Parlamentar Nacional pela Criança e pelo Adolescente, Fundação de Educação e Cultura do Sport Club Internacional, Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Rio Grande do Sul e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul. **OBJETO:** Incluir no Termo de Cooperação Técnica e Operacional em referência, como Promotores da VII Jornada Estadual Contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, as entidades signatárias. **PRAZO:** A partir da assinatura, até o final da VII Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, previsto para dezembro de 2009. **DATA DA ASSINATURA:** 18-05-2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 02 de julho de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



**SÚMULA DO TERMO DE COOPERAÇÃO
PROCESSO Nº PR.00686.00221/2009-2**

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Comunidade Terapêutica Desafio Jovem Gideões. **OBJETO:** O aproveitamento de Resíduos Sólidos de Equipamentos Eletroeletrônicos provenientes de máquinas “caça-níqueis” e afins para aporte em informática a Escolas Públicas, Órgãos Públicos, programas e projetos de inclusão digital e geração de trabalho e renda à população vulnerável e em situação de risco social na produção de equipamentos de informática, equipamentos eletroeletrônicos, mobiliário, obras de decoração e adornos tipo bijuterias, semijóias e jóias, recebendo a denominação de Projeto Alquimia – Transformando “caça-níqueis” em Inclusão Social. **PRAZO:** 02 (dois) anos, a contar da data de publicação no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **DATA DA ASSINATURA:** 02-07-2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 julho de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 09/2009

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

- 1. Inquérito Civil, Nº07/2009**, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo de Almeida Vieira, da Promotoria de Justiça de Ivoti, tendo por finalidade apurar possível mal-uso do dinheiro público em campanha eleitoral ao Conselho Tutelar, e eventual improbidade no acompanhamento de ato infra-cional.
- 2. Inquérito Civil, Nº42/2009**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar eventual cobrança de valores para realização de enterro em cemitério público municipal em domingo, em caso que seria custeado pela fas.
- 3. Inquérito Civil, Nº109/2009**, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar fraude em licitação para exploração de restaurante.

4. Inquérito Civil, Nº150/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar possível favorecimento de empresa em concorrência.

5. Inquérito Civil, Nº36/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça de Gravataí, tendo por finalidade investigar eventual uso de máquina pública em proveito próprio para a publicação de um jornal clandestino, praticado por ex-secretário de Secretaria Municipal de Saúde.

6. Inquérito Civil, Nº144/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça de Gravataí, tendo por finalidade investigar eventual regularidade do fundo instituído pela Lei Federal nº 10819/2003 e criado pela Lei Municipal. nº 2477/06, no tocante à correta manutenção do fundo de reserva, no âmbito de Município.

7. Inquérito Civil, Nº157/2008, instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça de Gravataí, tendo por finalidade investigar eventual irregularidades no processo seletivo para educadores do Programa ProJovem Urbano, em Município.

8. Inquérito Civil, Nº120/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, tendo por finalidade apurar a veracidade do quanto ventilado, suas conseqüências e possíveis responsabilidades.

9. Inquérito Civil, Nº119/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, tendo por finalidade apurar eventual irregularidade na contratação por prazo determinado de servidor para substituir servidor cedido.

10. Inquérito Civil, Nº13/2009, instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades na contratação do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - IADEM por Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de julho de 2009.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.